

N.º: Gp0968-XI  
Proc.º: 30.06.01.25  
25.04.01.04  
Data: 03.07.2019

## **Assunto: Interpelação ao Governo Regional – “Transportes e Acessibilidades”**

Senhora Presidente, Senhoras e Senhores deputados e membros do governo,

O CDS tem ao longo desta legislatura reafirmado, como oposição responsável, a necessidade de novas políticas de transportes e acessibilidades.

Ao longo da presente legislatura, fomos o grupo parlamentar que mais questionou o governo sobre as políticas de transportes e acessibilidades.

Fizemo-lo porque está em causa o superior interesse das nossas populações que se veem constringidas a viver com a supressão e a degradação das respostas que a administração pública regional deve conferir às suas necessidades coletivas.

Fizemo-lo porque entendemos que os transportes e as acessibilidades são vitais para garantir o desenvolvimento económico e social da nossa Região e constituem um pilar fundamental das políticas públicas de um bom governo.

Fizemo-lo porque defendemos a exigência e a responsabilidade na aplicação dos recursos públicos regionais, a eficácia na organização e a qualidade dos serviços prestados.

Para o CDS as políticas de transportes e acessibilidades constituem matéria que diz respeito a todos os Açorianos.

Apresentamos a presente interpelação ao governo sobre transportes e Acessibilidades porque entendemos que é perante esta assembleia, como órgão da nossa Autonomia representativo de todos os Açorianos, que o governo tem de responder pelas suas políticas.

Senhora presidente, Senhoras e Senhores deputados e membros do governo,

Os Açorianos têm direito a um sistema de transportes que garanta o seu direito à mobilidade.

Os Açorianos sabem que os sucessivos governos socialistas não foram, em mais de 20 anos, capazes de concretizar uma estratégia integrada de transportes que garantisse a mobilidade dos Açorianos e respondesse aos desafios do nosso desenvolvimento económico e social.

Os Açorianos sabem que esta governação socialista falhou nas políticas públicas de transportes e legitimou modelos de gestão e de operação que conduziram ao descalabro financeiro do setor e empurraram o Grupo SATA para a situação de falência técnica.

De facto, a governação socialista em matéria de transportes e acessibilidades é sistematicamente ultrapassada pela dinâmica dos acontecimentos e não consegue mais do que responder, em contingência, a cada novo caso de inoperacionalidade e constrangimento, sendo disso exemplo a evidente falta de planeamento atempado da operação marítima sazonal para este ano, que acabou com a denúncia do contrato relativo à embarcação prevista e obrigou a Região, com custos acrescidos na ordem de 1M€, a recorrer ao mercado em cima da data do começo da operação.

Senhora Presidente, Senhoras e Senhores deputados e membros do governo,

Para responder ao presente e construirmos o futuro é preciso mudarmos de políticas.

Defendemos e afirmamos um novo paradigma de políticas públicas de transportes que contribuam para uma efetiva coesão social e económica das nossas ilhas e garantam um efetivo direito à mobilidade dos Açorianos.

Para o CDS, a mobilidade dos Açorianos e as acessibilidades da Região são condição de liberdade, de progresso e de riqueza. São conquistas da nossa Autonomia que não podemos restringir ou abdicar em nome do nosso futuro coletivo.

Não podemos, por isso, aceitar que haja Açorianos que não conseguem ter voos disponíveis para consultas e exames médicos agendados, colocando em causa o direito dos Açorianos aos cuidados de saúde.

Não podemos, por isso, aceitar que a contínua supressão de lugares disponíveis nos voos inter-ilhas e os sucessivos cancelamentos das ligações ao continente, sejam, cada vez mais, uma realidade que limita a mobilidade dos Açorianos e condiciona a necessária circulação de pessoas e bens que o nosso desenvolvimento exige.

Não podemos, por isso, aceitar que as políticas públicas de transportes, que não respondem às necessidades de transporte de todos os Açorianos e às necessidades das nossas empresas, sejam uma barreira a uma efetiva coesão económica e social.

Não podemos, por isso, aceitar que os nossos empresários não tenham um sistema de transporte de mercadorias que lhes permita o acesso ao mercado de forma atempada.

Não podemos, por isso, aceitar que as frequentes alterações de estratégia e opções ruins de gestão continuem a prejudicar e a onerar financeiramente a Região, como é exemplo o caso do A330, que continua parado no Aeroporto Sá Carneiro, com um custo de 12M€ ao ano, sem que haja capacidade de encontrar uma solução que defenda os interesses da Região.

Senhora Presidente, Senhoras e Senhores deputados e membros do governo,

É por isso que queremos saber se este governo está em condições de assegurar, perante os Açorianos, que os seus direitos à mobilidade estão a ser devidamente salvaguardados.

É por isso que queremos saber se este governo está em condições de afirmar, perante os Açorianos, que o planeamento da operação de transportes aéreos previsto para este verão, corresponde às necessidades dos Açorianos e das nossas empresas.

É por isso que queremos saber se este governo está em condições de informar esta assembleia quanto aos constrangimentos verificados no transporte de carga aérea, que continuam, ciclicamente, a condicionar a vida dos Açorianos e a atividade das nossas empresas.

É por isso que queremos saber se este governo está em condições de informar esta assembleia sobre o anunciado novo processo de privatização da Azores Airlines e qual o seu horizonte temporal de concretização, considerando que o seu arrastamento perpetua a indefinição e impede a implementação das opções estratégicas e de gestão que a empresa necessariamente precisa para estancar e inverter o seu desequilíbrio financeiro.

É por isso que queremos saber se este governo está em condições de garantir a implementação de um verdadeiro sistema integrado de transportes que permita uma efetiva complementaridade da mobilidade e a coordenação imprescindível a uma resposta eficaz às necessidades do nosso desenvolvimento económico e social.

É por isso que queremos saber se este governo já subscreveu o anunciado contrato de gestão pública com a Administração da SATA, reclamado pelo CDS e prometido pelo Presidente do Governo, e que seria, no entendimento do CDS, um verdadeiro sinal de exigência, rigor e transparência na gestão do Setor Público Empresarial Regional.

É por isso que queremos saber se este governo está em condições de garantir que o pagamento faseado das remunerações aos trabalhadores, que lança a dúvida e a incerteza sobre a verdadeira dimensão dos problemas financeiros do grupo SATA, não se vai repetir.

É por isso que queremos saber se este governo vai continuar a aceitar a deterioração de ativos e permitir que a SATA caminhe para ser uma companhia aérea sem aviões, sem pilotos e sem tripulações, apenas alicerçada no recurso a ACMIS.

É por isso que queremos saber se este governo vai continuar a ser confrontado com as constantes avarias de aeronaves e a concentração de operações de manutenção em períodos de acentuada procura de mercado, sem encontrar soluções que minimizem os constrangimentos provocados.

Senhora Presidente, Senhoras e Senhores deputados e membros do governo,

É tempo de o governo responder.

Está em causa o direito à mobilidade de todos os Açorianos.

Está em causa o desenvolvimento económico e social das nossas ilhas e da nossa Região.

**Artur Lima**